

DNOTICIAS.pt - Serviço de documentação e impressão

António Almeida, Professor do Dep. de Gestão e Economia da UMa

[A ciência económica face à crise](#)

'lógicas económicas' tradicionais perderão a sua eficácia na resolução dos problemas.

Data: 25-03-2009

Parece consensual que o processo de crise em curso coloca em questão os paradigmas de organização da economia e da sociedade, nomeadamente no que concerne ao papel do Estado na economia e ao objectivo último da actividade económica. Constata-se também que a maioria das análises e colunas de opinião, embora se afadiguem a constatar e a discorrer sobre a mudança de paradigma, desejam no fundo, um breve retorno a uma situação de equilíbrio (ou a uma improvável situação de equilíbrio inicial ou uma situação de equilíbrio posterior mas ainda indefinida), em linha com a tradição da economia mais ortodoxa. De facto, os alunos de economia e gestão são 'formatados' a raciocinar numa lógica de equilíbrio e de transição entre equilíbrios. Cite-se a título de exemplo, a abordagem standard no que concerne à dinâmica da oferta e procura, em que se procura na generalidade dos casos definir o ponto de equilíbrio entre quantidades oferecidas e procuradas, o que não deixa de fazer todo o sentido numa óptica de utilização eficiente de recursos.

No entanto, parecem não existir dúvidas de que a conjugação simultânea de várias crises nos afasta decisivamente de um mundo linear, previsível e apesar de tudo caracterizado por épocas de equilíbrio relativo na economia e sociedade. Embora as diversas lógicas económicas (como por exemplo, critérios de eficiência e rentabilidade, limiares de procura mínimos, utilização sustentável de recursos, coesão económica e social, etc) continuem a definir os limites da racionalidade e a balizar a intervenção na economia e na sociedade, não se pode esperar que os mesmos possam prover respostas completas ou possam ser simultaneamente relevantes na resolução de problemas. Veja-se a propósito, a reorientação em curso no âmbito da sustentabilidade das finanças públicas. Admite-se agora, e por um período de tempo indeterminado não negligenciável, a secundarização dos limites impostos aos deficits orçamentais, pelas razões óbvias que todos conhecemos. Embora as razões subjacentes à imposição de limites continuem inscritas nos manuais de economia e retenham toda a sua racionalidade aparente, a dinâmica real da economia e sociedade afastou-nos dos universos mais teóricos e colocou os decisores perante a eminência de proverem respostas a problemas emergentes e distintos dos inscritos nos manuais de economia. A situação de facto actual neste tópico específico também chama à atenção para os contributos das vozes discordantes e periféricas no tempo e âmbito da ortodoxia.

Tal como referido acima, julga-se improvável que as diversas 'lógicas económicas' possam agora definir em simultâneo o campo de acção na economia e sociedade. A intervenção na economia e na sociedade tenderá a inscrever-se cada vez mais numa lógica casuística, de resposta a crises emergentes, e de tentativas mais ou bem sucedidas de restabelecimento de equilíbrios parcelares e de controlo de crises latentes. Também deve ser referido que mudanças de índole sociológica e cultural deverão ser implementadas a breve trecho, apesar de se poderem ainda observar períodos de descompressão e de acalmia. Ilustrando: embora o mercado do petróleo exiba actualmente um comportamento dentro dos limites do conhecido, o risco latente de novas experiências dramáticas em termos de subida do nível de preços continua presente, pelo que as discussões relativas à re-organização da sociedade e da vida urbana, à redução da dependência do petróleo e à protecção do meio ambiente retomarão em breve o seu curso normal.

Dado que 'lógicas económicas' tradicionais perderão a sua eficácia na resolução dos problemas com que se confrontam as sociedades importa prolongar a análise de forma a providenciar um ou dois comentários que possam ser úteis. Os estudos relativos às dinâmicas económicas, sociológicas, ambientais e culturais das economias insulares já demonstraram ser da máxima relevância no progresso da ciência, como a comemoração dos 200 anos do nascimento de Darwin deveria lembrar. Tal como refere a Comissão Europeia, num relatório de 2004 relativo às RUPs, as regiões periféricas podem constituir laboratórios de experimentação de novas soluções tecnológicas, económicas e sociológicas. Nesse sentido importa analisar em que medida as pretensões comunitárias podem prover soluções a problemas parcialmente identificados mas de solução indeterminada por agora.

© Está expressamente proibida a distribuição e a utilização dos diferentes conteúdos dos serviços do DNOTICIAS.pt, sem consentimento prévio da Empresa Diário de Notícias, Lda.